Aço Cearense Comercial Ltda. 21.317 2.061
A Companhia possui algumas partes relacionadas, conforme CPC 05, nas quais não efetuou transações no decorrer do exercício de 2009 e 2008, abaixo qualificadas: • Cia Geração de Energia Elétrica Paranapanema. • Elektro Eletricidade e Serviços S.A. • União Participações Ltda. • WMA Participações S.A. 15- Provisão para contingências. A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	2009	2008
Causas trabalhistas	Provisão para contingências 1.081	Depósito judicial (462)
		Líquido 619
Causas trabalhistas	Provisão para contingências 1.081	Depósito judicial (574)
		Líquido 507

i. Ações trabalhistas - Referem-se a diversas ações trabalhistas, no montante de R\$ 1.401 (R\$ 3.670 em 2008). Desse montante, a Com-

panhia mantém depositado judicialmente o valor de R\$ 462 (R\$ 574 em 2008), que em 31 de dezembro de 2009 foi apresentado líquido da provisão para contingência a que se referiam. Esta classificação foi adotada em virtude de não haver a possibilidade de resgate do depósito, a menos que ocorra desfecho favorável da questão, substancialmente representados por verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio. Baseada na opinião dos consultores jurídicos, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão para as ações avaliadas como de perda provável, no montante de R\$ 1.081 (R\$ 1.081 em 2008). Existem outras reclamações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 320 (R\$ 2.589 em 2008) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. ii. Ações cíveis-A Companhia é parte em ações de natureza cível, que de acordo com a classificação dos assessores jurídicos são classificadas como perda possível. Referem-se a ações junto ao Ministério Público do Trabalho no montante de R\$ 1.250 (R\$ 1.250 em 2008) e junto ao IBAMA no valor de R\$ 153.184 (R\$ 153.184 em 2008). Em função do estágio em que se encontram, e segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, o desfecho final dessas ações não pôde ser determinado no momento e, portanto, nenhuma provisão para perda foi contabilizada nas demonstrações financeiras.

16-Patrimônio líquido

Quantidade de ações

Acionista	ON	%	PNA	PNB	PNC	Total	%
Aço Cearense Industrial Ltda.	99.413.904	92,35	10	-	730.000	100.143.914	93,02
União Participações Ltda.	4.238,699	3,94	-	1.050.812	-	5.289.511	4,91
José Vilmar Ferreira	2.000	-	-	-	-	2.000	0,00
Outros	4	-	390	-	-	394	0,00
Ações em tesouraria	-	-	200.656	-	-	200.656	0,19
WMA Participações Ltda.	-	-	460.382	-	470.000	930.382	0,87
Cia de Geração Elétrica Paranapanema	-	-	-	357.769	-	357.769	0,33
Elektro Eletricidade e Serviço S.A	-	-	-	727.016	-	727.016	0,68
Total	103.654.607	96,29	661.438	2.135.597	1.200.000	107.651.642	100,00

a. Capital social - Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o capital subscrito e integralizado, era representado por:
• ON-Ações ordinárias nominativas •PNA-Ações preferenciais nominativas classe "A" •PNB- Ações preferenciais nominativas classe "B" •PNC-Ações preferenciais nominativas classe "C" As ações preferenciais classe "A" não têm direito a voto, e destinam-se, no primeiro momento, à subscrição e integralização com incentivos fiscais administrados pelo Ministério da Integração Nacional, na forma do Decreto-Lei nº 1.376/74, ficando-lhes assegurado os seguintes direitos e restrições: a) prioridade no reembolso de capital, pelos mesmos valores que forem reembolsados as ações ordinárias em caso de liquidação da Companhia; b) participação integral nos resultados sociais, na forma do estatuto social; c) participação na capitalização de quaisquer reservas, em igualdade de condições com as de outras classes além das ordinárias; e d) inalienabilidade, pelo prazo de 4 anos, a contar da data de sua conversão ou permuta, nos termos do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.376/74. As ações preferenciais classe "B" tem direito a voto, e destinam-se à subscrição por fundadores e/ou investidores portadores de opções para aplicação de recursos de incentivos fiscais.
As ações preferenciais classe "C" não têm direito a voto, e se destinam à subscrição, por fundadores, investidores em geral e/ou investidores do art. 9º e/ou à conversão das debêntures subscritas pelo FINAM com base no art. 5º e/ou com recursos previstos no art. 9º da Lei nº 8.167/91, assegurando aos seus detentores as seguintes vantagens: a. Prioridade na distribuição do dividendo máximo que for atribuído a qualquer classe de ações; b. Prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Sociedade; e c. Participação integral nos resultados da Sociedade, de modo que a nenhuma outra espécie ou classe de ações poderão ser concedidas vantagens patrimoniais superiores, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título. Também, as ações preferenciais classe "C" não tem preferência na subscrição de ações quando estas emissões objetivarem a absorção de incentivos fiscais ou a conversão de debêntures, ambos originários da Lei nº 8.167/91, consoante disciplina o art. 172, da Lei nº 6.404/76. O capital social autorizado, conforme AGE - Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2008 e de R\$ 600.000, sendo R\$ 450.000 em ações ordinárias e R\$ 150.000 em ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2009, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por R\$ 316.323 (R\$ 316.323 em 2008) em ações nominativas sendo R\$ 307.051 (R\$ 307.051 em 2008) em ações ordinárias e R\$ 9.272 (R\$ 9.272 em 2008) em ações preferenciais. b. Adiantamento para futuro aumento de capital. A controladora Aço Cearense Industrial Ltda., durante os exercícios de 2009, 2008, 2007 e 2006 fez diversos aportes de recursos totalizando o montante de R\$ 460.099, sendo R\$ 47.416 a título de mútuo e o montante acumulado de R\$ 412.683, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). No exercício de 2009, foi devolvida a importância de R\$ 150.000, conforme deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de julho de 2009, sendo acatada a solicitação efetuada por sua controladora, Aço Cearense Industrial Ltda. c. Reserva de capital. •Reserva subvenção de investimento. Corresponde aos valores dos incentivos fiscais de redução do imposto de renda, onde a Companhia é beneficiária, atualmente, de redução de 100% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades de produção de aço (lucro da exploração). • Reservas de lucros. a. Reserva legal. É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e constituída conforme art. 31 do seu estatuto social. b. Reserva de contingência- É constituída à razão de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, conforme artigo 31 do estatuto social, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76, até que seu valor acumulado alcance 50% do Patrimônio Líquido. c. Reserva de retenção de lucros-Em conformidade com o art. 31 do Estatuto social, a Companhia após destinação da Reserva legal, Reserva de contingência e Dividendos, o saldo restante constituirá a Reserva de retenção de lucros (art. 196 da Lei nº 6.404/76) destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, até que o projeto de investimento receba o CEI - Certificado de Empreendimento Implantado a ser emitido pelo Ministério da Integração Nacional ou órgão que venha a substituí-lo na função de dar continuidade à implantação do projeto aprovado pela extinta SUDAM.

	2009	2008
Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(4.181)	(4.240)
Multas	-	(187)
Varição cambial	(6.524)	(38.494)

	2009	2008
Juros passivos	(10.175)	(12.952)
Descontos	(5.054)	(210)
Despesas bancárias	(382)	(94)
Comissões e corretagens	(212)	(101)
Ajuste a valor presente	(1.494)	-
Perdas financeiras	(526)	-
Outros	(1)	(39)
	(28.549)	(56.317)
Receitas financeiras		
Varição cambial	26.304	18.917
Receitas sobre aplicações financeiras	403	270
Reversão de ajuste a valor presente	7.366	544
Variações monetárias ativas	22	57
Outras	1.830	311
	35.925	20.099
	7.376	(36.218)

Resultado financeiro, líquido
18-Instrumentos financeiros - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, não diferem de forma significativa daqueles registrados nas demonstrações contábeis. Nos exercícios de 2009 e 2008, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. As operações da Companhia estão sujeitas aos seguintes riscos operacionais: • Risco de taxa de câmbio. Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao Iene, que encerrou o exercício de 2009 com a variação negativa (variação positiva em 2008) em relação ao Real de 27,10% (em 2008 de 62,77%). Os ativos estão atrelados ao dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 2009 com desvalorização (variação positiva em 2008) em relação ao Real de 25,49% (em 2008 de 31,93%). A Companhia não adota a estratégia de prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, tal como a contratação de instrumentos de "hedge". A exposição da Companhia em moedas estrangeiras pode ser identificada conforme segue:

	2009	2008
a. Financiam. e emprést. em dólares norte-americanos	(29.976)	(51.139)
b. Contas a receber em dólares norte-americanos	671	2.335
c. Déficit apurado (a-b) (*)	(29.305)	(48.804)

(*) O déficit apresentado ainda poder ser ajustado pelo fato de que os ativos e passivos contratados não estão suscetíveis a mesma moeda (US\$ x Euro x Real), estando sujeitos a paridades cambiais entre estas moedas. • Risco de taxas de juros. Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxa de juros flutuantes. A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos tais como swaps, compra e venda de contratos de opções e contratos de câmbio a termo para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos. • Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações. • Risco de crédito. Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. 19-Cobertura de seguros. Considerando a natureza de sua atividade e as premissas de risco a ela inerentes, tem a Administração da Companhia buscado junto ao mercado segurador/resguardar a contratação de cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros. Entretanto, após diversas tentativas de colocação de referido risco ao mercado segurador, através de Resseguradores Nacionais e Internacionais, nenhuma companhia conseguiu alocar 100% dos riscos perante um Ressegurador. Com o intuito de resolver a questão, foi constituído um pool de seguradoras para que juntas possam assumir o risco da Sinobras, cada uma com um ressegurador específico, mitigando assim o risco em suas capacidades técnicas. O intuito do pool de seguradoras é de emitir uma proposta ao risco dentro do exercício de 2010, considerando o aceite de todos os envolvi-

dos na análise do risco e as regras do mercado. As premissas de riscos adotadas pela Administração, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. 20-Prejuízos fiscais a compensar-Em 31 de dezembro, a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

	2009	2008
Base negativa de contribuição social	47.555	72.849

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição. A Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras os efeitos da contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais no valor de R\$ 4.280 e não reconheceu os efeitos do imposto de renda diferidos sobre os prejuízos fiscais em virtude da incerteza de venda de produção não incentivada (ferro gusa). 21- Eventos subsequentes. Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a serem apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, bem como sobre os próximos exercícios, dentre os quais destaca os principais considerando a natureza de suas atividades: CPC 15 - Combinação de Negócios: Estabelece que o adquirente deve reconhecer, obrigatoriamente, os ativos adquiridos e os passivos que passa a controlar pelos seus respectivos valores justos, mensurados na data de aquisição, divulgando informações relativas a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações que uma entidade fornece em suas demonstrações contábeis acerca de uma combinação de negócios e sobre seus efeitos. CPC 16 - Estoques: Determina a forma de avaliação dos estoques adquiridos para revenda, dos mantidos para consumo ou utilização industrial ou na prestação de serviços, dos em processamento e dos produtos acabados prontos para a venda. CPC 20 - Custos de Empréstimos: Estabelece que os custos de empréstimos que são diretamente atribuídos à aquisição, à construção ou à produção de ativos qualificáveis para a sua capitalização formam parte do custo de tais ativos.

CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8): Especifica como a entidade deve divulgar informações sobre seus segmentos operacionais nas demonstrações financeiras. CPC 27 - Ativo Imobilizado: Estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, bem como a divulgação das mutações nesse investimento e das informações que permitam o entendimento e a análise desse grupo de contas. Os principais pontos a serem considerados na contabilização dos ativos imobilizados são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e as perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos. CPC 28 - Propriedade para Investimento: Estabelece que a mensuração inicial de uma propriedade para investimento é o seu custo e sua mensuração subsequente depende da política contábil adotada pela entidade (método de custo ou método de valor justo). No método de valor justo, as variações no valor justo da propriedade para investimento são reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorrem. Adicionalmente, o pronunciamento estabelece requerimentos gerais e específicos de divulgação para cada método de mensuração escolhido pela entidade. ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil - Engloba interpretações relacionadas a (i) orientação sobre avaliação e contabilização de contratos que sejam ou contenham um arrendamento mercantil (ii) forma de reconhecimento de incentivos em arrendamentos operacionais e (iii) avaliação da essência de transações envolvendo a forma legal de um arrendamento. ICPC 10 - Esclarecimento sobre o CPC 27 e CPC 28: Esclarece sobre os seguintes assuntos: (a) processo de revisão inicial e periódica das taxas de depreciação e valor residual dos bens do ativo imobilizado; (b) requisitos necessários a esse processo de revisão periódica; (c) possibilidade de atribuição de novo custo para os bens do ativo imobilizado e de propriedade para investimento, de forma convergente com as normas internacionais; (d) possibilidade, estabelecida no Pronunciamento CPC 28, de utilização do critério do custo ou do valor justo para o ativo "Propriedade para Investimento". Composição do conselho de administração-José Vilmar Ferreira - Presidente - Wander Jean Matos Ferreira - Vice-presidente - Rose Marie Matos Ferreira - Conselheira - Maria de Jesus Ferreira Corrêa - Conselheira Composição da diretoria - Wander Jean Matos Ferreira - Presidente - Francisco Ian de Vasconcelos Corrêa - Vice-presidente - Maria José Ferreira - Diretora Financeira - Rose Aline Matos Ferreira de Freitas Guimarães - Diretora Corporativa - Responsável técnico - Luciano de Araujo Barbosa - CPF 897.736.165-68 - BA-021495/O-6 S-PA. Parecer dos auditores independentes - Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Siderúrgica Norte Brasil S.A. Marabá - PA. 1. Examinamos o balanço patrimonial da Siderúrgica Norte Brasil S.A., levantado em 31 de dezembro de 2009 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos seus fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Siderúrgica Norte Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4. Anteriormente examinamos as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa daquele exercício, sobre as quais emitimos parecer, datado de 13 de abril de 2009, sem ressalvas, mas com parágrafo de ênfase sobre a ausência de contratação de seguro integral de seus ativos. No exercício de 2009, conforme nota explicativa nº 19, a Companhia obteve representação das entidades seguradoras acerca da limitação técnica de assegurar a totalidade de seus ativos devido a natureza do segmento siderúrgico. Fortaleza, 25 de maio de 2010
KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 S-PA - João Alberto da Silva Neto -
Contador CRC RS-048980/O-0 S-PA